



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

A mediação de leitura na perspectiva da inclusão social na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG)¹⁷⁴

Eixo temático: Contextos sociais e Educação Inclusiva

Autores: Isabella Kessler de Azambuja (Mestranda do PPGEdU da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS);¹⁷⁵ Dra. Marlene Rozek (Professora da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS)

Resumo: Entendendo o papel crucial da leitura para a formação cidadã do sujeito numa sociedade democrática e o quão o mundo letrado mostra-se afastado para adultos e crianças com deficiências, este trabalho analisa de que forma as instituições que promovem a leitura estão tornando-a acessível para todas as pessoas, relacionando a biblioteca pública e a mediação de leitura. A Biblioteca Pública, nesse aspecto, apresenta-se como um espaço de promoção à igualdade de acesso à informação e cujas funções se resumem em educativa, informativa, cultural e recreativa, indo além de empréstimos de livros, atuando nos âmbitos social e cultural. Já a mediação de leitura, nesse viés, apresenta-se como alicerçadora das diversas narrativas envolvidas, incluindo o afeto. Este estudo propõe uma análise das práticas de mediação de leitura com o público de pessoas com deficiência promovidas pela Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, em Porto Alegre, através de adaptações de contos do escritor Simões Lopes Neto em três eventos desenvolvidos no espaço da biblioteca e em escolas parceiras da instituição. O público é composto por duas turmas de EJA com alunos de inclusão e uma turma de crianças de uma escola de Educação Especial. Por meio de análise qualitativa e quantitativa, esta pesquisa de natureza exploratória pretende entender a biblioteca pública na perspectiva da inclusão social de pessoas com deficiência através da relação que se cria entre o acesso à informação e a responsabilidade de inclusão que coloca a instituição no compromisso de, caso as pessoas não possam ir até ela, ir até o público.

Palavras-chave: biblioteca pública, leitura, inclusão.

INTRODUÇÃO

Para teorizar sobre a leitura, temos de ter em mente a dimensão interseccional dessa prática, uma vez que se inter cruzam vozes, pessoas, materiais, imagens, verbos, instituições. A leitura se mostra presente em todos momentos da vida diária, e pensá-la em uma perspectiva de Educação Inclusiva de pessoas com deficiência é, também, entender o quanto o mundo letrado se mostra

¹⁷⁴ A Biblioteca Pública Josué Guimarães solicitou formalmente a identificação da instituição a fim de divulgar o trabalho que vem sendo feito pela equipe.

¹⁷⁵ E-mail: isabella.k.azambuja@gmail.com



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

afastado dessas pessoas, seja por sua incapacidade de ler a letra em tinta, seja pela dificuldade de segurar um livro, como exemplos. Entendendo o papel crucial da leitura para a formação cidadã do sujeito em uma sociedade democrática ocidental, analisar de que forma as instituições que promovem a leitura estão tornando-a acessível para todas as pessoas se mostra uma análise fundamental.

Dentro das instituições que promovem a leitura na cidade de Porto Alegre, a Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG) constrói práticas de mediação e incentivo à leitura para as comunidades que atende, tanto comunidades de baixa renda quanto de média e alta renda. A comunidade de pessoas com deficiência atendidas pela biblioteca se concentra em escolas parceiras da instituição que comparecem a eventos e atividades promovidos pela biblioteca, assim como recebem a equipe para eventos no espaço da escola. A BPMJG tem em seu acervo livros dos mais variados assuntos, focando em literatura nacional e estrangeira. O espaço físico da biblioteca é composto de três andares, sendo o primeiro o acervo infantojuvenil, o segundo os assuntos gerais e livros de referência e o terceiro, literatura, história e o acervo de periódicos.

Apresentados os aspectos e objetivos da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães e a prática de mediação de leitura por meio da contação de histórias como método de desenvolvimento de hábitos leitores, questiona-se qual o papel da biblioteca pública para o desenvolvimento da cidadania da pessoa com deficiência dentro de uma sociedade democrática através da mediação de leitura.

1 LEITURA, MEDIAÇÃO E AFETIVIDADE

A prática de leitura está diretamente relacionada com a formação de um comportamento crítico e leitor do sujeito e, nessa ligação direta, se faz presente a contação de histórias como exercício de apropriação da narrativa, da memória e da afetividade. A literatura oral é uma prática pedagógica amplamente utilizada na educação infantil e nos anos iniciais, no entanto, é paulatinamente abandonada conforme os anos escolares transcorrem, seja pela perda de interesse por parte dos alunos, pela quantidade de conteúdo didático a ser transmitido ou pela didática tradicional que necessitaria ser revista. Sejam quais forem os motivos para tal, a literatura oral é parte importante da criação de um comportamento leitor (e, conseqüente e preferencialmente,



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

crítico e ativo), como coloca Freitas (2013, p. 107): “O afeto é a ponte entre o livro e o leitor. E aqui, mais uma vez, a oralidade tem um papel importante na formação desse leitor. É do contador de histórias a voz que guia essa criança no caminho que leva ao gosto pela leitura”.

Toda história vem de algum lugar e chega ao contato de alguém. A mediação de leitura por meio da contação de histórias nos permite, enquanto professores, bibliotecários, contadores de história, familiares, entrarmos em contato com três vias narrativas: a história em si, a história de quem conta e a história de quem escuta/vê o conto. Assim, utilizando as diversas formas da língua, verbal e não verbal, coloca-se em contato essas três vias, acrescentando conteúdo à prática. Como coloca Antunes (2009, p. 23):

Por conta dessas vinculações da língua com as situações em que é usada, a voz de cada um de nós é, na verdade, *um coro de vozes*. Vozes de todos os que nos antecederam e com os quais convivemos atualmente. Vozes daqueles que construíram os significados das coisas, que atribuíram a elas um sentido ou um valor semiológico. (...) Vozes, portanto, que, partindo das pessoas em interação, significam expressão de suas visões de mundo e, ao mesmo tempo, criação dessas mesmas visões.

Dessa forma, a interação da língua com a narrativa e as histórias interseccionadas expandem o foco e abrangência do contexto da narrativa, fazendo a experiência de leitura não ser somente a de ler a história, se identificar com ela e torná-la sua, mas de compartilhá-la com terceiros, cada um criando a sua história a partir de uma base que é contada. Assim, a contação de histórias abre caminho para a criação de hábitos e comportamentos leitores já que, como coloca Freire (1988, p. 12), “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. No contexto específico da literatura infantojuvenil, além de conjugar elementos verbais e não verbais, como imagens e cores, se acrescenta o elemento do movimento, das dimensões e das texturas do objeto, as nuances dos sons, permitindo aos ouvintes, literalmente, se movimentar pela história.

Ao se contar histórias, recupera-se a antiga tradição da oralidade, anterior à cultura letrada, tanto como maneira de guardar na memória do povo seu conhecimento, suas informações, quanto também como forma somente de entretenimento. Assim, a oralidade, na contação de histórias (sejam feitas as adaptações necessárias, como tradução para Libras, por exemplo), como coloca Sisto [201-?], “é também um legado que se desenvolve na “consciência dos povos”, que,



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

paulatinamente, descobre outros recursos para reter informações e ampliar cada vez mais a memória. Daí, a ligação forte e obrigatória entre oralidade e memória”.

No entanto, a contação de histórias não é somente um exercício arbitrário e intuitivo, mas também requer método. Como coloca Coelho (1990, p. 14): “Para a escolha da história é necessário que se leve em conta o interesse do ouvinte, sua faixa etária, bem como a elaboração de um planejamento por parte do contador, para garantir-lhe segurança e assegurar-lhe naturalidade no momento da contação da história”. Nessa perspectiva, a contadora de histórias e escritora Milene Barazzetti (informação oral)¹⁷⁶ divide em quatro momentos cruciais para a contação ocorrer com sucesso: escolha da história, motivação para o público, narração e finalização. Pensando em uma perspectiva de um público de pessoas com deficiência, ou ainda uma turma com alunos de inclusão, a escolha da história e a motivação, e obviamente a narração, tem de ser pensadas com cautela e atenção para que seja realizado da melhor forma e adequadamente às necessidades do público, para que, além de se apropriarem da história, possam interagir com ela de maneira adequada. Muitas vezes, não basta a contação da história com imagens, mas necessita-se de objetos tridimensionais, texturas, cheiros, sons, outros estímulos que façam a criança ou adulto com deficiência se apropriar, entender, entrar e se movimentar nas histórias.

2 A BIBLIOTECA PÚBLICA E SUA ATUAÇÃO NA COMUNIDADE: ACESSO, INCLUSÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA

Para Correia (2007), o “exercício da cidadania implica a integração numa comunidade estruturada em torno de um quadro de direitos e instituições, no âmbito do qual os indivíduos exercem os seus direitos civis, políticos e sociais”, incluídos aí os direitos culturais e o direito à inclusão social, que se operam nomeadamente através da participação cívica. A informação para o exercício da cidadania, dessa forma, genericamente se relaciona entre o indivíduo e o Estado, envolvendo seus direitos civis, políticos e sociais.

A biblioteca, em uma sociedade democrática ocidental, tem importante papel para o exercício da democracia ao ser o centro acessível de informação das comunidades que integram a

¹⁷⁶ Contadora de histórias Milene Barazzetti no curso de Capacitação em Mediação de Leitura promovido pela BPMJG.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

sociedade. Mesmo a pessoa não tendo acesso à internet, por exemplo, a biblioteca poderá o fornecer, assim como acesso a informações que, por ventura, não sejam confiáveis na internet ou inacessíveis através dela. Assim, sendo um centro acessível de informação, a biblioteca permite igual acesso a todas as pessoas da comunidade, sejam elas moradores de rua ou deputados, como coloca o Manifesto da Biblioteca Pública da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições:

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas.

Para Ventura (2002, p. 1), as bibliotecas, no sentido geral, “recolhem, organizam e mediatizam o acesso à informação e ao conhecimento teórico, seja através de livros seja através dos novos mídias eletrônicos [...]”. Em específico, as bibliotecas públicas, como lugares de comunicação e discursividade, são sujeitas a manipulações do Estado e constituem espaços de acessibilidade, inclusão, pluralismo e diversidade, sendo então de importante influência pública para a democratização do acesso à informação, educação e cultura, contribuindo para a promoção da cidadania (VENTURA, 2002). Assim, as funções da biblioteca pública podem ser divididas em educativa, informativa, cultural e recreativa, dosando o acesso à informação universal com as necessidades, desejos e características das comunidades que atende.

Da mesma forma, Correia defende a biblioteca pública como um espaço de socialização, desenvolvimento da promoção à cidadania e igualdade:

A biblioteca pública, pelas suas características únicas, emerge como um espaço de cidadania, na medida em que configura um espaço profundamente democrático de fruição da cultura, aberta a todos, independentemente da condição social e do grupo etário. Quanto mais próxima estiver da comunidade que serve, mais probabilidade terá de cativar todos os seus membros, desde tenra idade e ao longo de toda a vida, sem impor uma ruptura com o contexto familiar. Ao mesmo tempo em que propicia a socialização em torno de práticas culturais mais próximas da cultura erudita, a biblioteca pública pode ainda desempenhar um papel importante no desenvolvimento das competências indispensáveis à plena participação de todos os cidadãos na sociedade. (CORREIA, 2007).

O acervo, além do espaço físico, é uma das principais formas de a biblioteca fornecer um ambiente inclusivo, acessível e igualitário para o usuário com e sem deficiência. A presença de livros em Braille, *audiobooks*, livros com fonte aumentada, livros em relevo, livros com temática



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

inclusiva no acervo da biblioteca são de grande importância, já que, se não tiver material que a pessoa com deficiência possa utilizar, a proposta de igualdade ao acesso à informação não estará sendo cumprida. Nessa perspectiva, é importante que o acervo que se proponha inclusivo tenha livros dos mais variados assuntos, para que não se torne diminuto o campo de atuação e saber da pessoa com deficiência para, somente, questões de saúde, biologia ou jurídicas sobre deficiências, assim como próprios para a faixa etária do público que a biblioteca atende.

Dessa forma, entendendo a biblioteca como um espaço de promoção da igualdade, acessibilidade e democracia, a mediação de leitura com pessoas com deficiência se entrelaça com essa proposta e é essencial para que a instituição e a prática obtenham sucesso.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Avaliar a importância da mediação de leitura e da atuação da biblioteca pública na construção de instrumentos para desenvolver a cidadania da pessoa com deficiência.

3.2 Específicos

Averiguar as relações de mediação de leitura entre a biblioteca pública municipal Josué Guimarães e as escolas de educação especial e turmas de inclusão com que constroem parceria em eventos e atividades; Entender o papel e importância da biblioteca pública para a comunidade e, em específico, para a comunidade de pessoas com deficiência atendidas pela biblioteca; Refletir sobre as relações existentes entre mediação de leitura e o desenvolvimento cidadão da pessoa com deficiência.

4 MÉTODO

Considerando a atuação imprescindível da bibliotecária para a análise das atividades realizadas pela BPMJG, foi realizada entrevista semiestruturada com duas bibliotecárias e uma



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

estagiária da biblioteca em questão para aferição e discussão da informação pretendida, além da análise quantitativa de dados obtidos por meio de relatórios do sistema *Pergamum*, utilizado na biblioteca para organização e catalogação do acervo.

A pesquisa, além dos dados obtidos através do programa *Pergamum*, se caracteriza como qualitativa, na qual o investigador é visto como o principal mecanismo da pesquisa, na medida em que interage com os dados coletados e com todo o ambiente a ser estudado, preocupando-se mais com o processo do que com o resultado dele, tendo como foco a pessoa com deficiência envolvida na atividade. Além disso, foi utilizado o método de observação participante para o recolhimento de dados para análise.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como exploratória, pois permite ao investigador “[...] aumentar sua experiência em torno de um determinado problema” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109).

Foram considerados, em específico, três eventos realizados pela BPMJG:

- Contação de história “No Manantial”, com objetos táteis, cheiros e texturas que remetem ao conto de Simões Lopes Neto, com uma contadora de histórias gaúcha, realizados com uma turma de EJA com 80 alunos com deficiências diferentes de uma escola pública porto-alegrense;

- Contação de história “No Manantial”, com objetos táteis, cheiros e texturas que remetem ao conto de Simões Lopes Neto, com uma contadora de histórias gaúcha, realizados com uma turma de EJA com 44 alunos com deficiências diferentes de uma escola pública porto-alegrense;

- “Salada de Contos Gauchescos” com uma contadora de histórias gaúcha com um público de 30 crianças com diversas deficiências em uma escola de Educação Especial de Porto Alegre.

Os métodos utilizados para as contações de história e mediação de leitura foram, de modo geral, cinco:

- Cenário da história montado na roupa da contadora de histórias, utilizando avental e imagens com velcro, havendo interação entre o público e o cenário;

- Utilização de objetos táteis, cheiros e texturas para contextualização da história ao público, havendo interação total entre as pessoas e os objetos. Para os alunos videntes, havia vendas (ou,



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

ainda, pedia-se que eles fechassem os olhos, para uma experiência menos impactante) para que eles experimentassem a experiência tátil o mais próximo possível da experiência dos colegas cegos;

- Utilização de canto e instrumentos musicais;
- Adaptação de todos materiais utilizados para o público em questão;
- Adaptação dos métodos de contação de história para cada público. Para públicos de EJA,

uma das contadoras começava perguntando histórias das próprias pessoas do público, para os aproximarem da história.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensar acessibilidade em uma biblioteca pública vai para além de eventos que integrem pessoas com deficiência (ou, ainda, com mobilidade reduzida, como no caso de pessoas idosas), é, basilarmente, uma questão de administração do espaço físico da biblioteca. Na avaliação das bibliotecárias da BPMJG, a biblioteca está longe de ser um espaço realmente acessível, já que, primeiramente, não tem outro acesso que não as escadas para o acervo de literatura e história e o acervo infantojuvenil. Para além disso, a adaptação da mobilidade entre as estantes, o tamanho, contraste e visibilidade dos indicadores dos acervos, a localização do acervo de livros em Braille e fonte aumentada são dificuldades encontradas que, ao longo da existência da biblioteca, através de projetos e mudanças, estão em processo de serem revertidas, dentro do possível.

A publicação de livros, inicialmente, já se mostra um problema quando a questão da inclusão de pessoas com deficiência é colocada em pauta. Livros com letras muito pequenas, folhas muito finas, tamanhos muito pequenos ou muito grandes, ou seja, a maior parte dos livros de literatura e assuntos gerais a que temos acesso não são apropriados para uma pessoa que tem qualquer dificuldade na leitura ou manuseio do objeto. Tais dificuldades aprofundam a questão do acervo de uma biblioteca, principalmente uma biblioteca de escola regular que admite uma criança com deficiência dentro de seu corpo discente: qual será o acesso real dessa criança às horas do conto, à promoção da leitura em geral? Para além da acessibilidade física, os livros da biblioteca, seja escolar ou da comunidade, têm de atender às necessidades das pessoas que a frequentam. Livros táteis, *audiobooks* (e equipamentos necessários para sua reprodução), livros em Braille e em fonte aumentada, com contrastes fortes e com manuseio diferenciado são necessários para uma



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

biblioteca que se pretenda inclusiva, que abrigue as necessidades de crianças e adultos com deficiência, assim como permitem que os(as) bibliotecários(as) e professores(as) despertem essas questões para os outros públicos e alunos.

Considerando as últimas inovações estéticas do mercado editorial de literatura, como capas em relevo, em tecido, capas duras, diversificados e atrativos projetos gráficos, poderíamos inferir que a preocupação com a atração do público pela estética do livro se tornou alvo principal das editoras, para incentivar o consumo. Todavia, a preocupação desse mercado ainda não se voltou verdadeiramente para a produção de livros acessíveis para pessoas com deficiência, muitas vezes ficando a cargo de instituições federais para pessoas com deficiência a produção, publicação e distribuição de, por exemplo, livros em Braille ou *audiobooks*. Levando em conta o artigo 42 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que prega à pessoa com deficiência o direito ao acesso à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo garantido o acesso a bens culturais em formato acessível, o mercado editorial brasileiro teria de avaliar como necessária uma postura inclusiva de produção de livros inclusivos. Ademais, livros verdadeiramente diversificados, não somente literatura, didáticos ou infantojuvenis. A 24ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, em 2 de setembro de 2016,¹⁷⁷ em vistas da supracitada lei, preparou um espaço de discussão sobre o tema, e reuniões entre o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e o Ministério Público Federal vêm acontecendo¹⁷⁸ para criarem-se meios de tornar real essa produção. Ainda assim, se faz necessário que o mercado editorial brasileiro, livrarias e bibliotecas entendam a demanda e tornem direta e acessível a relação entre a pessoa com deficiência e a leitura.

A BPMJG apresentou, no ano de 2016, 67 títulos no acervo em Braille e fonte aumentada, mas somente 12 registros de empréstimo, durante o ano todo, entre livros infantojuvenis e para o público adulto. A divulgação desses títulos, tanto para pessoas com deficiência quanto professores, cuidadores, profissionais da saúde e pessoas interessadas na temática, se mostra uma problemática grande, pois mesmo tendo muitos livros acessíveis, a comunidade ainda não sabe de sua existência ou como os manusear e utilizar. Na BPMJG, a demanda por livros acessíveis e inclusivos está

¹⁷⁷ Informação obtida em: <http://www.bienaldolivros.com.br/pt-BR/Sessions/30952/Lei-Brasileira-de-Inclusao>

¹⁷⁸ Informação obtida em: <http://www.snel.org.br/mpf-se-reune-com-representantes-de-editoras-sobre-livro-em-formato-acessivel/>



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

crescendo, mas a divulgação ainda tem de ser mais presente e focada nesse tipo de acervo. Formações de professores nas escolas parceiras da biblioteca que integrassem palestras ou cursos sobre tais livros de forma a capacitar os professores a conhecê-los e utilizá-los, divulgação nas escolas da comunidade ou, ainda, fomento e divulgação por parte do governo para aumentar e diversificar o acervo seriam alternativas para esse problema que se apresenta.

Apesar das dificuldades que mostra a BPMJG na acessibilidade e divulgação de seu acervo, a equipe consegue chegar até a comunidade de pessoas com deficiência através dos eventos e atividades que promove no espaço da biblioteca e nas escolas com que mantém parceria. Na escola de Educação Especial, como são crianças e, ademais, com tipos e graus diferentes de deficiências, a locomoção e acomodação até a biblioteca é dificultada, assim como a atenção dos alunos na história sendo contada. No entanto, as adaptações feitas pelas contadoras de história, tanto no modelo da contação quanto no cenário e nos recursos e ferramentas utilizados, se mostraram muito efetivos para a concentração, participação efetiva e envolvimento afetivo dos participantes. Tanto foi efetivo que a escola com turmas de EJA com alunos de inclusão se tornaram parceiros fixos da biblioteca para atividades de contação de história e outras, promovidas pela BPMJG.

A própria escolha da Biblioteca por contos do escritor gaúcho Simões Lopes Neto foi essencial para o sucesso das atividades. Devido ao centenário da morte do escritor e apesar de serem contos para o público adulto, não com temáticas infantojuvenis, são histórias de vida que podem ser adaptadas à vivência de cada aluno, de cada pessoa, de cada criança gaúcha. Assim, a experiência de leitura, com as devidas adaptações de trechos e vocabulário, constrói uma relação afetiva e íntima com o público, fazendo com que se recordem de sua vida ou de seus familiares, ou, ainda, se transfiram para a vida no pampa gaúcho. Dessa forma, a pessoa, na sua experiência de leitura, como coloca Real,

[...] vai fazendo movimentos durante sua leitura, estabelecendo relações entre a fantasia e a sua vivência experiencial (construída pela própria criança ou construída na interpretação que os adultos fazem daquilo que ela supostamente está vivendo) e esses movimentos permitem que o leitor também se movimente no texto, percebendo sutilezas e nuances, detalhes e pistas importantes sobre a história que está sendo narrada.

Trabalhar a contação de histórias com um público de educação especial e turmas com alunos de inclusão, com o objetivo de desenvolver instrumentos de inclusão social desses sujeitos, consiste em trabalhar, também, a valorização da cultura oral. Inseridos em uma cultura social e escolar que



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

prioriza a escrita em detrimento da cultura oral, seja priorizando métodos de escrita em detrimento ao ensino de culturas orais, como a indígena e a africana, o reconhecimento da cultura oral se mostrou importante para essa etapa de socialização desses alunos. Utilizando-se desse método, a equipe da biblioteca consegue chegar até esse público, física e emocionalmente, pois, com eles, compartilham histórias de terceiros e as suas próprias. Assim, a interação se estabelece positivamente e o acesso à cultura, letrada e oral, é possível.

O movimento que os alunos, os bibliotecários e inclusive as contadoras de história fazem é transferir a atenção da ferramenta (o livro) para o conteúdo do livro, a história e a afetividade que ela transmite, ou seja, movendo o foco para a pessoa. É uma mudança de perspectiva que permite, inclusive a alunos com mobilidade reduzida ou dificuldades de manuseio dos livros, a compreensão e entendimento das histórias de Simões Lopes Neto, ou de quaisquer outras. A partir das adaptações feitas, o uso de textura, objetos, cheiros, canto, música, e da locomoção da biblioteca até a comunidade, permite ao aluno a apropriação daquela história, sentindo-a e tornando-a sua. Para ambas escolas, a de Educação Especial e a com a turma de EJA com alunos de inclusão, a ida até a biblioteca pública é mais uma etapa da socialização daqueles alunos, pois têm de se locomover, entrar em um ambiente estranho, desestabilizar sua rotina, criar instrumentos para se incluir positivamente naquele espaço novo em que será contada uma história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência e mediação de leitura, em específico com o público de pessoas com deficiência, é uma prática essencial para que a biblioteca pública exerça sua função enquanto instituição promotora da igualdade de acesso à informação. Entender a biblioteca pública na perspectiva da inclusão social de pessoas com deficiência é relacionar o acesso à informação com a responsabilidade de inclusão que coloca a biblioteca no compromisso de, caso a comunidade não possa ir até ela, por motivos de locomoção debilitada, a biblioteca irá até elas. Mesmo que não seja, ainda, o ideal de acessibilidade, é o comprometimento de criar mecanismos de inclusão que superem essas debilidades físicas do espaço, centralizando e atendendo às necessidades da comunidade, que são imprescindíveis.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

A função da biblioteca pública, então, vai além de um repositório de informações que estejam disponíveis para o usuário, vai além de emprestar livros. A função da biblioteca pública é de âmbito social e cultural, como coloca o Manifesto da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA/UNESCO), baseando as missões-chave da biblioteca pública no domínio da informação, alfabetização, educação e cultura. Seu espaço e funcionamento não deve ser pensado somente para o usuário autônomo que sabe e pode se movimentar pelo espaço sem impedimentos, ou que consiga acessar o acervo e lê-lo sem dificuldades, mas também para o público que necessita auxílio do serviço de referência e de modificações no espaço para sua livre movimentação; ou seja, seu espaço tem de ser, efetivamente, um espaço de diversidade e acessibilidade para toda comunidade a que atende.

Criando um espaço inclusivo na biblioteca e nas atividades que faz nas escolas, utilizando a contação de histórias, a BPMJG permite e desenvolve, para o público atendido de adultos e crianças com deficiências e sem deficiências, um espaço propício para o desenvolvimento da cidadania, já que propõe a integração dessas pessoas na comunidade estruturada da biblioteca em torno de um espectro de direitos, como o direito à cultura e integração social, para que eles desenvolvam suas características sociais e pessoais.

A literatura, por meio da contação de histórias, se torna uma forma de integrar o público com suas lembranças e sensações que obtém da narrativa, com os colegas que a escutam, com a contadora da história e com a equipe e espaço da biblioteca, priorizando o papel da afetividade nesse processo. Todos alunos das três turmas seriam totalmente capazes de ler a história de Simões Lopes Neto por si mesmos e se apropriarem da história de maneira positiva, no entanto, a contação de histórias, com os métodos utilizados de adaptação, os permitiu experimentá-la de modo diferente, mais de perto, saindo da rotina da escola de uma maneira que se mostrou, ao final das atividades, positiva para o público.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **Objetivo e funções da biblioteca pública**. Belo Horizonte: Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, vol. 8, 1979.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

ANTUNES, Irlandé. **Lingua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. **Lei 13.146 de 6 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 6/03/2017

CALDIN, Clarice Fortkamp. **A leitura como função terapêutica**: A biblioterapia. Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 6, n. 12. Santa Catarina: UFSC, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2001v6n12p32/5200>. Acesso em 28/01/17

COELHO, Betty. **Contar histórias**: uma arte sem idade. São Paulo, Ática, 1990.

CORREIA, Zita P. A biblioteca como espaço de cidadania. In: CALIXTO, José António (dir.). **Bibliotecas para a vida**: Literacia, conhecimento, cidadania. Lisboa: Cidehus, Edições Colibri, Biblioteca Pública de Évora, 2007. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1750?lang=fr#text>. Acesso em: 28/01/2017

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 21 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988.

FREITAS, Tino. **Sobre afeto e livros**: o papel do contador de histórias na promoção da leitura e na formação do leitor na comunidade. In: SISTO, Celso. **A história fora do papel**: a oralidade e a multiplicação dos espaços. Passo Fundo, Editora UPF, 2013

IFLA; UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em 08/02/2017.

REAL, Daniela Corte. **A literatura Infanto-juvenil “nas águas” da inclusão escolar**: Navegar é preciso. UFRGS, 2009, 191 p.

SISTO, Celso. **O conto popular africano**: a oralidade que atravessa o tempo, atravessa o mundo, atravessa o homem. *Tabuleiro de Letras - Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Edição Especial*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), [201-?] Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/131>. Acesso em 21/02/2017.

VENTURA, João J. B. **Bibliotecas e esfera pública**. Oeiras: Celta Editora, 2002.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.